

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017**

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Aldeias Infantis SOS Brasil
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Aldeias Infantis SOS Brasil** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

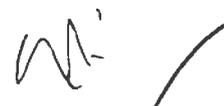
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, e preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da correção de erros descrita na nota 2f, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem modificação, data de 07 de março de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2f, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da entidade referentes ao exercício de 2016, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2016 tomadas em conjunto.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2018.



TRS Auditores Independentes
CRC 2 SP 015165

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5


Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-0

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Ativo	Notas	2016		Notas	2017		2016 (Reapresentado)
		2017	(Reapresentado)		2017	(Reapresentado)	
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.362.923	4.339.536		443.333	219.092	
Recursos vinculados a projetos	5	578.086	-	11	2.863.481	2.825.913	
Ativos financeiros disponíveis para venda	6	388.956	185.691		92.572	104.050	
Venda de ativos a receber		-	143.500	12	256.307	314.463	
Aluguéis a receber		250.708	93.919		268.755	229.823	
Doação - Cartão de crédito		534.726	-		3.924.448	3.693.341	
Adiantamentos a empregados		199.959	372.436				
Adiantamento a fornecedores		103.567	68.381				
Despesas antecipadas		35.670	54.804	12	5.078.454	5.142.794	
Imóveis disponíveis para venda		-	70.658	13	2.077.979	2.548.749	
Depósitos em caução de aluguel		-	104.739		7.156.433	7.691.543	
Outros créditos	7	287.859	517.226				
		7.742.454	5.950.890				
Não circulante							
Depósitos judiciais	13	2.168.883	2.056.772	14	16.238.730	14.937.714	
Depósitos em caução de aluguel		136.839	-		31.419	31.419	
Propriedades para investimentos	9	2.006.850	2.126.140		16.270.149	14.969.133	
Imobilizado	10	15.262.570	16.177.602				
Intangível		33.434	42.613				
		19.608.576	20.403.127				
Total do ativo		27.351.030	26.354.017		27.351.030	26.354.017	
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores							
Obrigações trabalhistas							
Obrigações tributárias							
Receita diferida							
Outras contas a pagar							
Não circulante							
Receita diferida							
Provisão para demandas judiciais							
Patrimônio líquido							
Superávits acumulados							
Ajustes de avaliação patrimonial							
Total do passivo e patrimônio líquido		27.351.030	26.354.017		27.351.030	26.354.017	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Notas	2017	2016 (Reapresentado)
Receitas			
Doações internacionais	16	12.610.409	16.529.577
Subsídios governamentais	16	22.975.173	23.811.331
Doações nacionais	16	11.741.162	10.395.489
Aluguéis	9	2.129.969	2.163.103
Receitas com trabalho voluntário	22	205.448	216.986
		49.662.161	53.116.486
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	17	(28.834.407)	(32.645.215)
Despesas gerais e administrativas	18	(18.864.518)	(20.586.767)
Despesas com captação de doações voluntárias	19	(6.803.011)	(5.805.461)
Depreciação		(1.067.809)	(876.572)
Redução do valor recuperável		(83.636)	-
Despesas com trabalho voluntário	22	(205.448)	(216.986)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	20	7.692.799	(30.552)
		(48.166.030)	(60.161.553)
Superávit/(déficit) operacional antes do resultado financeiro		1.496.131	(7.045.067)
Despesa financeira	21	(301.281)	(166.187)
Receita financeira	21	106.166	863.260
Resultado financeiro líquido		(195.115)	697.073
Superávit/(déficit) do exercício		1.301.016	(6.347.994)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016 (Reapresentado)
Superávit/(déficit) do exercício	<u>1.301.016</u>	<u>(6.347.994)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	-	31.419
Resultado abrangente do exercício	<u><u>1.301.016</u></u>	<u><u>(6.316.575)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Superávits/(déficits) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)	21.285.708	-	21.285.708
Déficit do exercício	(6.347.994)	-	(6.347.994)
Outros resultados abrangentes no período	-	31.419	31.419
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	14.937.714	31.419	14.969.133
Superávit do exercício	1.301.016	-	1.301.016
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.238.730	31.419	16.270.149

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) do exercício	1.301.016	(6.347.994)
Ajustes por:		
Depreciação	1.067.809	876.572
Redução ao valor recuperável	83.634	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	238.190	131.754
Ativos financeiros recebidos por doações	-	(154.272)
Aumento/(redução) em provisões para demandas judiciais	(334.870)	373.297
Atualização de depósitos judiciais	(90.677)	(234.903)
Receita diferida	(122.496)	(119.971)
	<u>2.142.606</u>	<u>(5.475.517)</u>
Aumento/(redução) em ativos		
Recursos vinculados a projetos	(578.086)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(203.265)	-
Venda de ativos a receber	143.500	356.500
Aluguéis a receber	(156.789)	(74.919)
Doação - Cartão de crédito	(534.726)	-
Adiantamento a empregados	172.477	(53.729)
Adiantamento a fornecedores	(35.186)	-
Despesas antecipadas	19.134	(7.313)
Outros créditos	229.367	(407.615)
Depósitos em caução de aluguel	(32.100)	(18.450)
Imóveis disponíveis para venda	70.658	(70.658)
Depósitos judiciais	(21.434)	218.117
Aumento/(redução) em passivos		
Fornecedores	224.241	155.391
Obrigações trabalhistas	37.568	162.352
Obrigações tributárias	(11.478)	11.031
Pagamento de demandas judiciais	(135.900)	-
Outras contas a pagar	38.932	(81.495)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	<u>1.369.519</u>	<u>(5.286.305)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(346.132)	(746.436)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(346.132)</u>	<u>(746.436)</u>
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.023.387</u>	<u>(6.032.741)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	4.339.536	10.372.277
No fim do período	5.362.923	4.339.536
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.023.387</u>	<u>(6.032.741)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Aldeias Infantis SOS Brasil (“Associação” ou “Aldeias”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, exclusivamente de finalidade filantrópica e cultural, com sede social na Rua José Antônio Coelho, 400 - Vila Mariana - São Paulo - SP e 22 filiais distribuídas em 11 Estados e no Distrito Federal. A Associação tem por finalidade criar, implantar, organizar, administrar e fiscalizar os Projetos SOS destinados a prestar assistência, dar formação a crianças que, por qualquer motivo, foram privadas da ação educativa da família, sem distinção de raça, cultura ou credo religioso. Os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades são originados, basicamente, de doações de padrinhos (doadores voluntários), sócios nacionais e estrangeiros e financiamentos públicos e privados.

Em 2017, a Administração renovou e realizou diversos convênios Municipais, Estaduais e Federais, gerando receitas no exercício no valor de R\$ 22.972.173 (R\$ 23.811.331, em 2016), com o objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, e a prevenção à violação de direitos de crianças e adolescentes, com ações como acolhimento institucional, música, artes, capacitação profissional, escolarização e oficinas de promoção de cidadania.

Em 2013 a SOS Kinderdorf International criou o Sustainable Path Implementation Fund ou Fundo de Implementação da Via Sustentável (SPIF). O principal objetivo do SPIF é auxiliar 35 países, entre eles o Brasil, a alcançar a autonomia financeira até 2020.

Nos quatros primeiros anos (2014, 2015, 2016 e 2017), os recursos obtidos foram aplicados na formação da infraestrutura necessária para a Captação de Recursos e na estruturação dos Programas de Fomento com o Poder Público.

Em 31 de dezembro de 2017, a Associação era composta por 22 programas, constituídas, principalmente, por Casas Lares (“Aldeias”) e Centros Sociais.

Segue o número de atendimentos realizados nos dois períodos (dados não auditados):

Estado	Cidade	Atendidos			Total
		Casa Lar	Centro social	Atendidos indiretos	
AL	Maceió	11	35	22	68
AM	Manaus	31	194	70	295
BA	Lauro Freitas	23	119	47	189
DF	Brasília	35	67	28	130
MG	Juiz de Fora	11	263	161	435
PB	João Pessoa	50	275	164	489
PE	Igarassu	56	235	142	433
PR	Foz do Iguaçu	37	110	327	474
PR	Goioerê	19	169	75	263
RJ	Rio de Janeiro	11	137	111	259
RN	Caicó	33	200	50	283

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Estado	Cidade	Atendidos			Total
		Casa Lar	Centro social	Atendidos indiretos	
RN	Natal	46	-	-	46
RS	Porto Alegre	48	-	-	48
RS	Santa Maria	35	137	95	267
SP	Caçapava	28	-	-	28
SP	Campinas	57	-	-	57
SP	Limeira	42	-	-	42
SP	Lorena	44	-	-	44
SP	Poá	28	74	79	181
SP	Rio Claro	65	-	-	65
SP	São Bernardo do Campo	21	847	82	950
SP	São Paulo	40	522	469	1.031
Total em 2017		771	3.384	1.922	6.077
Total em 2016		765	4.554	2.466	7.785

Atendidos indiretos, são contados apenas os que recebem apoio ou orientação da organização (como acesso a serviços diretos básicos aos menores de idade que residem na mesma residência da criança ou jovem participante direto do serviço de fortalecimento de vínculos familiares).

Em 2017 a Aldeias Infantis SOS Brasil encerrou o ano com um quadro de 507 colaboradores ativos (684 em 2016).

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou, que aprovou a interpretação técnica "Entidade sem Finalidade de lucros - ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros e também pela NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Diretor da Associação em 14 de março de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos imobilizados recebidos em doação, que estão mensurados pelo valor justo na data da doação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10: Valor residual do ativo imobilizado e vida útil;
- Nota Explicativa nº 13: Provisão para demandas judiciais.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 21 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

f. Reapresentação das cifras comparativas

De acordo com a NBC TG 1000 (R1) Seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações financeiras, como se um erro de exercícios anteriores nunca tivesse ocorrido.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Durante o exercício de 2017, foi identificado que os edifícios com restrição de venda, contabilizados no grupo de imobilizado e propriedade para investimentos, estavam sendo depreciados pela sistemática de valor residual. Porém o NBC TG 1000 (R1) determina que o valor residual é o valor estimado que a entidade obterá com a venda.

No caso dos imóveis sem restrição, constatou-se que a depreciação não estava sendo realizada com a data da aquisição ou término das obras em andamento, e ainda a falta de memória de cálculo ou laudo comprobatório de percentual utilizado para atribuir o valor residual. Adicionalmente, houve correção da conta de receita diferida de imobilizado, pois haviam reflexos devido às correções na depreciação dos edifícios.

A Administração da Associação optou por realizar reclassificações entre contas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado para melhor apresentação de suas demonstrações financeiras.

Outro ponto abordado foi a falta de atualização dos depósitos judiciais, principalmente o INSS patronal, que também deveria ser refletido na provisão para demandas judiciais.

Diante do exposto, os efeitos da reapresentação das demonstrações financeiras são apresentadas com os ajustes acumulados em 1º de janeiro de 2016, a seguir:

Balanço patrimonial

Ativo	01/01/2016 (Original)	Ajustes/Reclassificação	01/01/2016 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10.372.277	-	10.372.277
Recursos vinculados a projetos	6.383.608	(6.383.608)	-
Venda de ativos a receber	500.000	-	500.000
Outros créditos	649.479	-	649.479
	<u>17.905.364</u>	<u>(6.383.608)</u>	<u>11.521.756</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	1.796.242	243.744	2.039.986
Contas de poupança - aportes de padrinhos	2.051.858	(2.051.858)	-
Propriedades para investimentos	2.921.125	(647.149)	2.273.976
Imobilizado	17.668.505	(1.334.236)	16.334.269
	<u>24.437.730</u>	<u>(3.789.499)</u>	<u>20.648.231</u>
Total do ativo	<u>42.343.094</u>	<u>(10.173.107)</u>	<u>32.169.987</u>

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Passivo e do patrimônio líquido

	01/01/2016 (Original)	Ajustes/Reclassificação	01/01/2016 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	63.701	-	63.701
Obrigações trabalhistas	2.663.561	-	2.663.561
Obrigações tributárias	93.019	-	93.019
Subsídios governamentais e parcerias privadas	6.383.608	(6.383.608)	-
Receita diferida	381.232	(9.029)	372.203
Outras contas a pagar	311.318	-	311.318
	9.896.439	(6.392.637)	3.503.802
Não circulante			
Contas de poupança - aportes de padrinhos	2.051.858	(2.051.858)	-
Receita diferida	6.555.756	(1.350.731)	5.205.025
Provisão para demandas judiciais	1.931.708	243.744	2.175.452
	10.539.322	(3.158.845)	7.380.477
Patrimônio líquido			
Superávits acumulados	21.907.333	(621.625)	21.285.708
	21.907.333	(621.625)	21.285.708
Total do passivo e patrimônio líquido	42.343.094	(10.173.107)	32.169.987

Demonstração do resultado

	01/01/2016 (Original)	Ajustes/Reclassificação	01/01/2016 (Reapresentado)
Receitas			
Doações internacionais	16.512.490	1.359.760	17.872.250
Subsídios governamentais	19.940.290	-	19.940.290
Doações nacionais	6.928.518	-	6.928.518
Aluguéis	1.535.860	-	1.535.860
	44.917.158	1.359.760	46.276.918
(Despesas)/Déficit operacionais			
Despesas com pessoal	(27.599.450)	-	(27.599.450)
Despesas gerais e administrativas	(20.181.411)	(243.744)	(20.425.155)
Despesas com captação de doações voluntárias	(2.588.255)	-	(2.588.255)
Depreciação	(862.887)	(1.981.386)	(2.844.273)
Outras receitas operacionais líquidas	87.867	243.744	331.611
	(51.144.136)	(1.981.386)	(53.125.522)
Déficit operacional antes do resultado financeiro	(6.226.978)	(621.625)	(6.848.603)
Despesa financeira	(151.708)	-	(151.708)
Receita financeira	1.493.818	-	1.493.818
Resultado financeiro líquido	1.342.110	-	1.342.110
Déficit do exercício	(4.884.868)	(621.625)	(5.506.493)

Demonstração do resultado abrangente

	01/01/2016	Ajustes/Reclassificação	01/01/2016
Déficit do exercício	(4.884.868)	(621.625)	(5.506.493)
Resultado abrangente do exercício	(4.884.868)	(621.625)	(5.506.493)

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Superávits acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (Original)	21.907.333	21.907.333
Resultado dos ajustes retrospectivos	(621.625)	(621.625)
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)	<u>21.285.708</u>	<u>21.285.708</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa

	01/01/2016 (Original)	Ajustes Reclassificação	01/01/2016 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício	(4.884.868)	(621.625)	(5.506.493)
Ajustes por:			
Depreciação	862.887	1.981.385	2.844.272
Valor residual do ativo permanente baixado	29.011	-	29.011
Aumento em provisões para demandas judiciais	244.913	243.744	488.657
Atualização de depósitos judiciais	-	(243.744)	(243.744)
Receita diferida	(225.979)	(1.359.760)	(1.585.739)
	<u>(3.974.036)</u>	-	<u>(3.974.036)</u>
Aumento/(redução) em ativos			
Recursos vinculados a projetos	(2.403.527)	2.403.527	-
Outros créditos	79.342	-	79.342
Depósitos judiciais	79.281	-	79.281
Aumento/(redução) em passivos			
Fornecedores	(359.987)	-	(359.987)
Obrigações trabalhistas	469.229	-	469.229
Obrigações tributárias	20.417	-	20.417
Subsídios governamentais	613.330	(613.330)	-
Parcerias privadas	1.790.197	(1.790.197)	-
Outras contas a pagar	(91.860)	-	(91.860)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(3.777.614)</u>	-	<u>(3.777.614)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	(856.458)	-	(856.458)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(856.458)</u>	-	<u>(856.458)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.634.072)</u>	-	<u>(4.634.072)</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	15.006.349	-	15.006.349
No fim do período	10.372.277	-	10.372.277
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.634.072)</u>	-	<u>(4.634.072)</u>

Abaixo, reflexo das correções efetuados em 01 de janeiro de 2016, consolidadas nos saldos iniciais de 31 de dezembro de 2016, considerando ainda, os ajustes do período, para composição de saldo reapresentado.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Balço patrimonial

Ativo	31/12/2016 (Original)	Ajustes Reclassificação	31/12/2016 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.339.536	-	4.339.536
Recursos vinculados a projetos	3.641.420	(3.641.420)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	185.691	-	185.691
Venda de ativos a receber	143.500	-	143.500
Aluguéis a receber	-	93.919	93.919
Adiantamentos a empregados	-	372.436	372.436
Adiantamento a fornecedores	-	68.381	68.381
Despesas antecipadas	-	54.804	54.804
Imóveis disponíveis para venda	70.658	-	70.658
Depósitos em caução de aluguel	-	104.739	104.739
Outros créditos	1.211.505	(694.279)	517.226
	9.592.310	(3.641.420)	5.950.890
Não circulante			
Depósitos judiciais	1.821.869	234.903	2.056.772
Contas de poupança - aportes de padrinhos	1.963.915	(1.963.915)	-
Propriedades para investimentos	2.608.166	(482.026)	2.126.140
Imobilizado	15.815.792	361.810	16.177.602
Intangível	-	42.613	42.613
	22.209.742	(1.806.615)	20.403.127
Total do ativo	31.802.052	(5.448.035)	26.354.017
Passivo e do patrimônio líquido			
	31/12/2016 (Original)	Ajustes Reclassificação	31/12/2016 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	219.092	-	219.092
Obrigações trabalhistas	2.825.913	-	2.825.913
Obrigações tributárias	104.050	-	104.050
Subsídios governamentais e parcerias privadas	3.641.420	(3.641.420)	-
Receita diferida	321.592	(7.129)	314.463
Outras contas a pagar	229.823	-	229.823
	7.341.890	(3.648.549)	3.693.341
Não circulante			
Contas de poupança - aportes de padrinhos	1.963.915	(1.963.915)	-
Receita diferida	5.126.636	16.158	5.142.794
Provisão para demandas judiciais	2.328.746	220.003	2.548.749
	9.419.297	(1.727.754)	7.691.543
Patrimônio líquido			
Superávits acumulados	15.009.446	(71.732)	14.937.714
Ajustes de avaliação patrimonial	31.419	-	31.419
	15.040.865	(71.732)	14.969.133
Total do passivo e patrimônio líquido	31.802.052	(5.448.035)	26.354.017

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Demonstração do resultado

	31/12/2016 (Original)	Ajustes Reclassificação	31/12/2016 (Reapresentado)
Receitas			
Doações internacionais	16.538.606	(226.015)	16.312.591
Subsídios governamentais	23.811.331	-	23.811.331
Doações nacionais	10.612.475	-	10.612.475
Aluguéis	2.163.103	-	2.163.103
Receitas com trabalho voluntário	-	216.986	216.986
	<u>53.125.515</u>	<u>(9.029)</u>	<u>53.116.486</u>
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com pessoal	(32.645.215)	-	(32.645.215)
Despesas gerais e administrativas	(21.363.496)	776.729	(20.586.767)
Despesas com captação de doações voluntárias	(5.805.461)	-	(5.805.461)
Depreciação	(798.969)	(77.603)	(876.572)
Despesas com trabalho voluntário	-	(216.986)	(216.986)
Outras receitas operacionais, líquidas	514.291	(544.843)	(30.552)
	<u>(60.098.850)</u>	<u>(62.703)</u>	<u>(60.161.553)</u>
Déficit operacional antes do resultado financeiro	<u>(6.973.335)</u>	<u>(71.732)</u>	<u>(7.045.067)</u>
Despesa financeira	(166.187)	-	(166.187)
Receita financeira	863.260	-	863.260
Resultado financeiro líquida	<u>697.073</u>	<u>-</u>	<u>697.073</u>
Déficit do exercício	<u>(6.276.262)</u>	<u>(71.732)</u>	<u>(6.347.994)</u>

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2016	Ajustes Reclassificação	31/12/2016
Déficit do exercício	<u>(6.276.262)</u>	<u>(71.732)</u>	<u>(6.347.994)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	31.419	-	31.419
Resultado abrangente do exercício	<u>(6.244.843)</u>	<u>(71.732)</u>	<u>(6.316.575)</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	31 de dezembro de 2016		
	Original	Ajustes Reclassificação	Saldo reapresentado
Demonstração do patrimônio líquido			
Superavits acumulados	15.009.446	(71.732)	14.937.714
Ajustes de avaliação patrimonial	31.419	-	31.419
Total	<u>15.040.865</u>	<u>(71.732)</u>	<u>14.969.133</u>

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	Superávits/(déficitis) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de janeiro de 2016 (originalmente apresentado)	21.285.708	31.419	21.317.127
Déficit do exercício	(6.347.994)	-	(6.347.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.937.714	31.419	14.969.133

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2016 (Original)	Ajustes Reclassificação	31/12/2016 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício	(6.276.262)	(71.732)	(6.347.994)
Ajustes por:			
Depreciação	878.184	(1.612)	876.572
Valor residual do ativo imobilizado baixado	52.539	79.215	131.754
Ativos financeiros recebidos por doações	(154.272)	-	(154.272)
(Redução) aumento em provisões para demandas judiciais	153.294	220.003	373.297
Atualização de depósitos judiciais	-	(234.903)	(234.903)
Receita diferida	(129.000)	9.029	(119.971)
	(5.475.517)	-	(5.475.517)
Aumento/(redução) em ativos			
Recursos vinculados a projetos	2.742.188	(2.742.188)	-
Venda de ativos a receber	356.500	-	356.500
Aluguéis a receber	-	(74.919)	(74.919)
Adiantamento a empregados	-	(53.729)	(53.729)
Adiantamento a fornecedores	-	-	-
Despesas antecipadas	-	(7.313)	(7.313)
Outros créditos	(562.026)	135.961	(407.615)
Depósitos em caução de aluguel	-	-	(18.450)
Imóveis disponíveis para venda	(70.658)	-	(70.658)
Depósitos judiciais	218.117	-	218.117
Aumento/(redução) em passivos			
Fornecedores	155.391	-	155.391
Obrigações trabalhistas	162.352	-	162.352
Obrigações tributárias	11.031	-	11.031
Subsídios governamentais	377.885	(377.885)	-
Parcerias privadas	(3.120.073)	3.120.073	-
Outras contas a pagar	(81.495)	-	(81.495)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(5.286.305)	-	(5.286.305)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	(746.436)	-	(746.436)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(746.436)	-	(746.436)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(6.032.741)	-	(6.032.741)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	10.372.277	-	10.372.277
No fim do período	4.339.536	-	4.339.536
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(6.032.741)	-	(6.032.741)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos líquidos de recebimentos em bancos conta movimento, valores a receber, aplicações financeiras que possuem utilização restrita, subtraindo os subsídios governamentais e parcerias.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo da data da doação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Edificações	45
Móveis e utensílios	10
Equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, deduzidos de depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Alterações no valor justo não são reconhecidas no resultado em razão de a Associação utilizar o custo como base para contabilização.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, entretanto, a Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

f. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Receita diferida

As doações recebidas pela Associação que possuem restrição de uso e que somente podem ser empregadas na construção de ativos imobilizados previamente aprovados pelos doadores são registradas no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante, e serão apropriadas ao resultado do período no mesmo prazo das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações.

h. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A Associação possui quatro principais tipos de receita: receitas com doações internacionais, receitas com subsídios governamentais, receitas com doações nacionais e receitas com aluguéis.

As receitas com doações internacionais e receitas com doações nacionais são reconhecidas no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função de a Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente gastas.

As receitas com aluguéis são reconhecidas de acordo com o período de competência da locação do imóvel.

As doações com subsídios governamentais são reconhecidas de acordo com o requerido na NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, da seguinte forma:

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o caixa em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante. Quando o subsídio governamental não é repassado no mês, mas os gastos são incorridos, o valor devido é contabilizado como Recursos a Receber Vinculados a Projetos em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante (Nota explicativa nº 5);
- **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos dos recursos subsidiados são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes.

i. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

j. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	197.352	769.817
Aplicações financeiras	5.165.571	3.569.719
	<u>5.362.923</u>	<u>4.339.536</u>

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações são remuneradas, em 2017 e 2016, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

5. Recursos vinculados a projetos

	2017	2016 (Reapresentado)
Recursos recebidos vinculados a projetos governamentais (i)	2.883.257	2.832.307
Recursos a receber vinculados a projetos governamentais (i)	326.807	593.576
Recursos recebidos vinculados a projetos de parcerias privadas (ii)	761.285	215.538
Subsídios governamentais	(2.929.045)	(3.425.882)
Parcerias privadas	(464.218)	(215.539)
	578.086	-

(i) Os recursos vinculados a projetos governamentais referem-se à recursos recebidos e ou a receber, pela Associação, dos convênios com as prefeituras, que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados;

(ii) Os recursos relacionados a parcerias privadas referem-se a recursos recebidos que serão utilizados durante o ano de 2018.

Os recursos vinculados estão investidos em aplicações financeiras que referem-se as aplicações e resgates automáticos pelos bancos, remunerados aos índices dos depósitos de poupança.

Durante o ano de 2017, a Associação renovou e firmou novas parcerias privadas e convênios nas esferas municipais, estaduais e federais. O reconhecimento desses subsídios será efetuado de acordo com a NBC TG 1000 (R1), subvenção governamental, de acordo com o regime de competência. Para 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo é assim apresentado:

	2017 Convênio e Parcerias	2016 Convênio e Parcerias
Subsídios Governamentais		
Esfera Municipal		
Santa Maria - RS	(468.900)	(501.039)
Juiz de Fora - MG	(238.733)	(432.903)
São Paulo - SP	(355.935)	(369.524)
Caicó - RN	(144.686)	(322.920)
S.B.C - SP	(266.670)	(286.852)
Natal - RN	(317.899)	(236.668)
Foz do Iguaçu - PR	(47.959)	(194.280)
Poá - SP	(17.360)	(155.347)
Rio Claro - SP	(206.960)	(38.614)
Campinas - SP	(67.453)	(33.489)
Limeira - SP	(119.770)	(33.017)
Lorena - SP	(8.263)	(31.155)
Maceió - AL	-	(27.281)
Porto Alegre - RS	(76.858)	(20.035)
Acari - RN	(1.293)	(8.981)
Aracaju - SE	(5.989)	(5.863)
Poço Branco - RN	(17.535)	(4.709)
Goioerê - PR	(36.552)	(3.352)
Nova Cruz - RN	(1.341)	(2.948)
Jardim do Seridó - RN	(3.746)	(2.728)
Quarto Centenário - PR	(2.989)	(2.465)
Jardim de Piranhas - RN	(15.374)	(1.858)
Caçapava - SP	(54.804)	(1.389)
Parelhas - RN	(8.483)	(1.092)
Lauro de Freitas - BA	(668)	(879)
Serra Negra do Norte - RN	(15.054)	(225)

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	2017 Convênio e Parcerias	2016 Convênio e Parcerias
Mossoró - RN	-	(161)
Areia Branca - RN	(51.313)	(97)
João Pessoa - PB	-	-
Igarassu - PE	(43.888)	-
Manaus - AM	(56.300)	-
Subtotal	(2.652.775)	(2.719.871)
Esfera Estadual		
Caicó	(4.882)	(357)
Juiz de Fora	(542)	(273)
Poá	(35.416)	(42.552)
Rio Claro	(14.102)	(4.553)
Manaus	(25.988)	(279.215)
Lauro Freitas	(5.885)	(2.199)
Subtotal	(86.815)	(329.149)
Esfera Federal		
Caicó	(38.908)	(13.605)
Juiz de Fora	(59.018)	(56.851)
Lauro Freitas	(9.812)	(10.715)
Limeira	-	(148.863)
Poá	(33.825)	(144.143)
Rio Claro	(44.859)	-
Lorena	-	-
Santa Maria	(3.033)	(2.685)
Subtotal	(189.455)	(376.862)
Total	(2.929.045)	(3.425.882)
Parcerias Privadas		
Petrobrás	(107.299)	(120.625)
Alcoa	-	(49.385)
Fundação Prada	(30.840)	(30.000)
CNBB Paranoart	(19.400)	-
Copergás	(60.000)	-
Herbalife	(46.700)	(7.023)
Instituto Coca-Cola	(21.169)	(6.998)
Fundação Telefônica	-	(1.507)
Mapfre	(115.761)	-
Inbetta	(44.764)	-
Embaixada da Irlanda	(4.653)	-
Itaipu	(7.293)	-
IKMR	(6.339)	-
Total	(464.218)	(215.538)
Total geral	(3.393.263)	(3.641.420)

6. Ativos financeiros disponíveis para venda

Refere-se à carteira de ações recebidas como doação por herança e estão registradas pelo valor realizável do pregão do dia 29 de dezembro de 2017, da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), conforme quadro a seguir:

Ação	2017		2016	
	Posição Cotas	Posição (R\$)	Posição Cotas	Posição (R\$)
Vale S.A (VALE3)	1.524	61.356	-	-
Vale S.A (VALE5)	-	-	1.632	38.091
Usinas SID de Minas Gerais (USIM5)	36.000	327.600	36.000	147.600
		388.956		185.691

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Em 2017 a Vale S.A, aprovou o programa de migração voluntária do VALE5 (PA) para VALE3 (ON).

7. Outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Adiantamento de viagem	4.459	7.316
Adiantamentos percaptas	31.952	37.416
Crédito de fornecedor de serviços - SPIF	4.794	324.666
Titulos de capitalização	50.000	50.000
Outros créditos	196.654	97.828
	<u>287.859</u>	<u>517.226</u>

8. Contas de poupança - aportes de padrinhos

	2017	2016 (Reapresentado)
Contas de poupança - Ativo	1.725.371	1.963.915
Contas de poupança - Passivo	(1.725.371)	(1.963.915)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Referem-se a valores recebidos de padrinhos internacionais das crianças acolhidas nas famílias das Aldeias. As remessas são nominativas e mantidas em contas de poupança individualizadas, por criança, podendo ser resgatadas apenas quando da sua emancipação, sua reintegração familiar ou por ordem judicial.

Por se tratar de recursos que são administrados pela Associação, porém com a obrigação de repasse às crianças assistidas pelos padrinhos, os montantes relacionados às contas de poupança são registrados por valores equivalentes em contas de ativo e passivo.

9. Propriedades para investimento

A Associação realizou uma análise individual de suas unidades geradoras de caixa e constatou que o complexo construído em João Pessoa (PB) I, não está mais gerando recursos decorrentes das operações. Com isso, houve o reconhecimento da redução do valor recuperável líquido de R\$ 58.403.

Propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem o valor do aluguel corrigido anualmente por indexadores que refletem a inflação do período. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

As propriedades para investimento da Associação são contabilizadas ao custo de aquisição.

As movimentações dos custos e da depreciação nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação no exercício de 2017:

Custo	Saldos em 2016 (Reapresentado)	Adições	Redução ao valor recuperável	Saldos em 2017 (R\$)
Brasília (DF)	1.085.559	-	-	1.085.559
Goioerê (PR)	249.515	-	-	249.515
Manaus (AM)	157.468	-	-	157.468
João Pessoa (PB) I	112.052	-	(112.052)	-
João Pessoa (PB) II	74.867	-	-	74.867
Juiz de Fora (MG)	137.327	-	-	137.327
Rio de Janeiro (RJ)	2.175.200	-	-	2.175.200
Porto Alegre (RS)	133.619	-	-	133.619
Poá (SP)	356.471	-	-	356.471
São Paulo (SP)	80.895	-	-	80.895
Lauro de Freitas (BA)	8.795	-	-	8.795
Total dos custos	4.571.768	-	(112.052)	4.459.716
Depreciação				
Brasília (DF)	(1.085.559)	-	-	(1.085.559)
Goioerê (PR)	(120.525)	(3.990)	-	(124.515)
Manaus (AM)	(39.865)	(3.182)	-	(43.047)
João Pessoa (PB) I	(51.159)	(2.490)	53.649	-
João Pessoa (PB) II	(20.835)	(1.512)	-	(22.347)
Juiz de Fora (MG)	(59.780)	(2.775)	-	(62.555)
Rio de Janeiro (RJ)	(825.840)	(34.868)	-	(860.708)
Porto Alegre (RS)	(54.786)	(2.699)	-	(57.485)
Poá (SP)	(143.478)	(7.922)	-	(151.400)
São Paulo (SP)	(38.251)	(1.271)	-	(39.522)
Lauro de Freitas (BA)	(5.550)	(178)	-	(5.728)
Total da depreciação	(2.445.628)	(60.887)	53.649	(2.452.866)
Saldo líquido	2.126.140	(60.887)	(58.403)	2.006.850

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Movimentação no exercício de 2016

Descrição	01/01/2016 (Reapresentado)	Adições	Baixas	31/12/2016 (Reapresentado)
Custo				
Brasília (DF)	1.085.559	-	-	1.085.559
Goioerê (PR)	249.515	-	-	249.515
Manaus (AM)	157.468	-	-	157.468
João Pessoa (PB) I	112.052	-	-	112.052
João Pessoa (PB) II	74.867	-	-	74.867
Juiz de Fora (MG)	137.327	-	-	137.327
São Bernado do Campo (SP)	184.006	-	(184.006)	-
Rio de Janeiro (RJ)	2.175.200	-	-	2.175.200
Porto Alegre (RS)	111.349	22.270	-	133.619
Poá (SP)	356.471	-	-	356.471
São Paulo (SP)	80.895	-	-	80.895
Lauro de Freitas (BA)	8.795	-	-	8.795
Total dos custos	4.733.504	22.270	(184.006)	4.571.768
Depreciação				
Brasília (DF)	(1.085.559)	-	-	(1.085.559)
Goioerê (PR)	(116.526)	(3.999)	-	(120.525)
Manaus (AM)	(36.675)	(3.190)	-	(39.865)
João Pessoa (PB) I	(48.662)	(2.497)	-	(51.159)
João Pessoa (PB) II	(19.318)	(1.517)	-	(20.835)
Juiz de Fora (MG)	(56.998)	(2.782)	-	(59.780)
São Bernado do Campo (SP)	(80.962)	-	80.962	-
Rio de Janeiro (RJ)	(790.877)	(34.963)	-	(825.840)
Porto Alegre (RS)	(52.079)	(2.707)	-	(54.786)
Poá (SP)	(135.535)	(7.943)	-	(143.478)
São Paulo (SP)	(36.976)	(1.275)	-	(38.251)
Lauro de Freitas (BA)	(5.372)	(178)	-	(5.550)
Total da depreciação	(2.465.539)	(61.051)	80.962	(2.445.628)
Saldo líquido	2.267.965	(38.781)	(103.044)	2.126.140

As rendas de aluguéis de propriedades para investimentos reconhecidas no resultado é de R\$ 2.129.969 (R\$ 2.163.103 em 2016).

10. Imobilizado

A Associação realizou uma análise individual de suas unidades geradoras de caixa e constatou que o complexo construído no Estado da Paraíba não está mais gerando recursos decorrentes das operações. Com isso, houve o reconhecimento da redução do valor recuperável líquido de R\$ 25.230.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

As movimentações do custo, da depreciação do imobilizado e redução do valor recuperável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstradas nos quadros a seguir:

Movimentação no exercício de 2017

Descrição	Saldos em 2016				Redução ao valor recuperável	Saldos em 2017
	(Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências		
Custo						
Terrenos	396.351	-	-	-	-	396.351
Edifícios	17.356.298	110.403	(244.698)	1.670.160	(450.416)	18.441.747
Móveis e utensílios	1.004.254	11.310	-	13.000	-	1.028.564
Veículos	1.249.754	45.300	(29.750)	-	-	1.265.304
Equipamentos e computadores	4.126.677	179.119	(21.505)	-	-	4.284.291
Construções em andamento	1.683.160	-	-	(1.683.160)	-	-
Total do custo	25.816.494	346.132	(295.953)	-	(450.416)	25.416.257
Depreciação						
Edifícios	(5.449.826)	(411.307)	15.125	-	425.186	(5.420.822)
Móveis e utensílios	(636.776)	(88.768)	-	-	-	(725.544)
Veículos	(883.042)	(147.756)	28.031	-	-	(1.002.767)
Equipamentos e computadores	(2.669.248)	(349.913)	14.607	-	-	(3.004.554)
Total da depreciação	(9.638.892)	(997.744)	57.763	-	425.186	(10.153.687)
Saldo líquido	16.177.602	(651.612)	(238.190)	-	(25.230)	15.262.570

Movimentação no exercício de 2016

Descrição	Saldos em 2016			Saldos em 2016 (Reapresentado)
	(Reapresentado)	Adições	Baixas	
Custo				
Terrenos	396.351	-	-	396.351
Edifícios	17.378.568	-	(22.270)	17.356.298
Móveis e utensílios	959.722	58.424	(13.892)	1.004.254
Veículos	1.177.123	155.131	(82.500)	1.249.754
Equipamentos e computadores	3.685.653	486.980	(45.956)	4.126.677
Construções em andamento	1.683.160	-	-	1.683.160
Total do custo	25.280.577	700.535	(164.618)	25.816.494
Depreciação				
Edifícios	(5.232.361)	(206.087)	(11.378)	(5.449.826)
Móveis e utensílios	(549.016)	(98.010)	10.250	(636.776)
Veículos	(807.075)	(156.801)	80.834	(883.042)
Equipamentos e computadores	(2.357.856)	(351.335)	39.943	(2.669.248)
Total da depreciação	(8.946.308)	(812.233)	119.649	(9.638.892)
Saldo líquido	16.334.269	(111.698)	(44.969)	16.177.602

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

11. Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Salários e ordenados a pagar	528.398	260.996
Provisão e encargos sociais s/férias	2.335.083	2.564.917
	2.863.481	2.825.913

12. Receita diferida

	2017	2016 (Reapresentado)
Receita diferida curto prazo (Obras)	-	193.979
Receita diferida curto prazo (Depreciação)	256.307	120.484
Receita diferida longo prazo (a)	5.078.454	5.142.794
	5.334.761	5.457.257
Passivo circulante	256.307	314.463
Passivo não circulante	5.078.454	5.142.794
	5.334.761	5.457.257

- (a) Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3(h), os recursos vinculados que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo do ativo imobilizado.

As principais imobilizações realizadas com recursos vinculados foram:

Programa	2016 (Reapresentado)	Depreciação	Adição	2017
Igarassu (PE)	2.781.039	(75.174)	-	2.705.865
Igarassu - Reforma (PE)	449.970	(20.797)	448.323	877.496
Manaus (AM)	513.213	(19.743)	-	493.470
João Pessoa (PB)	-	(784)	5.894	5.110
Porto Alegre (RS)	1.101.747	(113.719)	87.103	1.075.131
Santa Maria (RS)	-	(170)	1.986	1.816
Juiz de Fora (MG)	-	(274)	3.639	3.365
Caicó (RN)	-	(261)	3.800	3.539
Foz do Iguaçu (PR)	52.323	(23.466)	111.512	140.369
Maceio (AL)	-	(926)	9.557	8.631
Goioere (PR)	5.930	(772)	12.834	17.992
Lauro Freitas (BA)	-	(220)	2.199	1.979
	4.904.222	(256.306)	686.847	5.334.763

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações na provisão para demandas judiciais nos exercícios de 2017 e 2016 são apresentadas a seguir.

Movimentação das demandas judiciais

	2016		2017			
	Saldo inicial (Reapresentado)	Adições	Reversões	Baixa	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	707.239	20.418	(381.832)	(135.900)	10.955	220.880
INSS	1.791.510	-	-	-	65.589	1.857.099
Cível	50.000	-	(50.000)	-	-	-
	2.548.749	20.418	(431.832)	(135.900)	76.544	2.077.979

	01/01/2016		2016			
	Saldo inicial (Reapresentado)	Adições	Reversões	Baixas	Atualização monetária	Saldo final (Reapresentado)
Trabalhistas	305.871	467.215	(152.342)	-	86.495	707.239
INSS	1.571.507	-	-	-	220.003	1.791.510
Taxa do lixo	168.927	-	(168.927)	-	-	-
Restituição de convênio	129.147	-	(129.147)	-	-	-
Cível	-	50.000	-	-	-	50.000
	2.175.452	517.215	(450.416)	-	306.498	2.548.749

Em 2017 a Associação realizou a reversão de R\$ 376.192 referente ao recurso junto ao Tribunal Superior Trabalhista, que por unanimidade de votos, considerou-se indevida quanto ao tema de hora extras.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Movimentação dos depósitos judiciais:

	2016			2017	
	Saldo inicial (Reapresentado)	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	251.662	182.410	(193.148)	13.421	254.345
INSS	1.782.710	-	-	74.389	1.857.099
Cível/Tributário	22.400	32.172	-	2.867	57.439
	2.056.772	214.582	(193.148)	90.677	2.168.883

	01/01/2016			2016	
	Saldo inicial (Reapresentado)	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo final (Reapresentado)
Trabalhistas	202.522	37.144	(1.671)	13.667	251.662
INSS	1.562.707	-	-	220.003	1.782.710
Cível/Tributário	274.757	21.168	(274.757)	1.232	22.400
	2.039.986	58.312	(276.428)	234.902	2.056.772

Processos de natureza trabalhistas

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Associação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Associação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

INSS quota patronal

As provisões tributárias referem-se, à discussão relativa à cobrança de INSS sobre a Aldeias de São Bernardo do Campo/SP para os meses de novembro e dezembro de 1991 e exercícios de 1992 a 1999, período que a Aldeias de São Bernardo não recolheu a quota patronal apesar de não possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e ainda não ter aderido ao processo unificação de todas as Aldeias no Brasil num único escritório nacional e CNPJ. O valor da quota patronal não recolhida está sendo provisionado com acréscimo de multa e juros e foi classificado pela Administração baseado na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda provável.

Em 31 de julho de 2014 foi realizado um depósito judicial no valor de R\$ 1.318.963 referente ao processo do INSS, este depósito judicial foi efetuado em razão de orientação jurídica para que o imóvel que estava sendo oferecido como garantia pudesse ser liberado deste processo. As atualizações desses depósitos judiciais estão baseadas na taxa selic acumulada.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

Demandas judiciais de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Associação ainda possui processos de natureza trabalhista, tributária/cível que foram avaliadas pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, sendo que o montante total envolvido em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.552.278 (R\$ 741.683 em 2016) e R\$ 1.012.474 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 346.404 em 2016), respectivamente.

14. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits acumulados.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para outra entidade congênere integrante do sistema SOS ou, na ausência desta, para outra entidade afim, respeitando-se a unidade federativa onde estiver localizado o patrimônio, devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, ou uma entidade pública.

15. Partes relacionadas

A Associação possui em seu Estatuto Social a obrigação de utilizar como modelo a metodologia e os princípios da SOS - Kinderdorf International.

Durante o exercício de 2017 a Associação teve receita de doações internacionais de outras Aldeias SOS reconhecidas no resultado nos montantes de R\$ 10.450.572 (R\$ 13.829.856 em 2016). Os valores recebidos nos exercícios de 2017 e 2016 são apresentados na Nota Explicativa nº 16.

Em relação aos saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2017, a Associação possui R\$ 5.334.761 (R\$ 5.457.257 em 2016) de doações recebidas registradas na rubrica de receita diferida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12).

Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

16. Receita

Doações internacionais entre partes relacionadas:	2017	2016
Hermann Greiner Fonds Deutschland - HGFD	7.575.878	11.569.343
SOS - Kinderdorpen	864.286	1.105.204
SOS - UK	-	163.155
SOS - Suíça	319.143	265.026
SOS - Dinamarca	-	29.060
SOS - Bélgica	-	103.366
SOS - Noruega	-	143.337
SOS - Suécia	-	52.942
SOS - Estados Unidos da América	82.902	90.013
SOS - PSA MB Fee	1.351.801	-
Outras	256.562	308.410
Total de doações internacionais entre partes relacionadas	10.450.572	13.829.856
 Padrinhos Viena	 2.159.836	 2.699.721
Total de doações internacionais	12.610.408	16.529.577
 Subsídios governamentais	 2017	 2016
Municipais		
São Paulo - SP	2.950.629	2.507.933
São Bernardo do Campo - SP	1.661.411	2.481.295
Poá - SP	563.778	2.206.803
Campinas - SP	2.143.441	1.921.995
Juiz de Fora - MG	1.520.524	1.424.951
Foz do Iguaçu - PR	1.381.150	1.386.362
Porto Alegre - RS	1.348.272	1.338.901
Rio Claro - SP	1.489.073	1.296.928
Natal - RN	1.001.647	1.200.261
Santa Maria - RS	1.420.698	1.038.435
Caçapava - SP	814.504	916.308
Lorena - SP	708.153	751.547
Limeira - SP	946.069	621.375
Aracaju - SE	-	410.640
Goiwerê - PR	335.193	274.131
Maceió - AL	212.738	231.573
Mossoró - RN	227.625	210.342
Igarassu - PE	849.486	193.736
Caicó - RN	353.907	88.079
Areia Branca - RN	35.728	84.183
Pirassununga - SP	-	58.832
João Pessoa - PB	37.199	51.764
Carnaúba dos Dantas - RN	26.434	33.757
Quarto Centenário - PR	36.326	27.480
Nova Cruz - RN	1.615	25.096
Serra Negra do Norte - RN	8.978	20.925
Acarí - RN	21.548	20.740
Parelhas - RN	8.309	20.056
Cruzeta - RN	-	17.948
Jardim de Piranhas - RN	9.331	17.194
Jardim do Seridó - RN	6.138	11.540
Ipeuna - SP	-	10.518
Lauro de Freitas - BA	189.805	9.316
Poço Branco - RN	10.974	4.818
Assu - RN	1.141	4.204
Manaus - AM	44.362	-
Outras	53.213	43.422
Subtotal	20.419.399	20.963.388

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Estaduais	2017	2016
Caicó - RN	2.612	13.462
Lauro de Freitas - BA	72.427	106.855
Brasília - DF	-	25.736
Juiz de Fora - MG	-	120.463
Poá - SP	80.382	26.007
S.B.C - SP	38.934	78.183
Manaus - AM	459.185	598.298
Igarassu - PE	49.097	6.345
Rio Claro - SP	44.679	54.121
Pirassununga - SP	-	2.339
Subtotal	747.316	1.031.809

Federais	2017	2016
Caicó - RN	100.140	169.430
Juiz de Fora - MG	-	311.121
Lauro de Freitas - BA	38.608	125.177
Poá - SP	249.046	46.612
S.B.C - SP	325.769	256.469
Santa Maria - RS	29.760	25.195
Rio Claro - SP	365.133	424.768
Foz do Iguaçu - PR	10.468	-
Lorena - SP	120.083	120.343
Limeira - SP	569.451	337.019
Subtotal	1.808.458	1.816.134

Total de subsídios governamentais	22.975.173	23.811.331
------------------------------------------	-------------------	-------------------

Doações nacionais	2017	2016
Amigos	8.863.617	5.004.188
Empresas	643.133	3.574.492
Fundações filantrópicas	575.690	1.236.851
Mercadorias	153.840	236.688
Eventos e produtos	283.269	188.722
Heranças e legados	1.221.613	154.548
Total de doações nacionais	11.741.162	10.395.489

17. Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários e encargos sociais	(25.071.182)	(28.225.924)
Benefícios	(3.182.967)	(3.962.658)
Indenizações	(580.258)	(456.633)
	(28.834.407)	(32.645.215)

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

18. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016 (Reapresentado)
Serviços de terceiros	(3.676.283)	(3.078.033)
Despesas com alimentação	(2.757.135)	(3.110.596)
Manutenção, conservação e reparo	(1.826.607)	(2.607.827)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(1.982.387)	(2.038.344)
Veículos e conduções	(1.432.238)	(2.009.618)
Aluguéis	(1.728.654)	(1.749.509)
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuário	(1.367.475)	(1.627.014)
Membresia SOS (a)	(1.351.801)	(1.504.749)
Materiais de escritório, higiene e limpeza	(788.946)	(1.038.743)
Despesas com casa lar	(276.042)	(344.792)
Consultoria	(130.785)	(197.337)
Gastos com as crianças (atividades culturais, entretenimento, passeios)	(131.249)	(172.053)
Outras	(1.414.916)	(1.108.152)
	(18.864.518)	(20.586.767)

(a) Membresia refere-se ao custo para a utilização da marca "Aldeias Infantis SOS". Até o ano de 2011 este montante era calculado ao percentual de 4% sobre o valor total arrecadado nacionalmente. Já em 2012, a Organização (a nível mundial) realizou um estudo para viabilizar a redução dos gastos que as Associações Nacionais vinham assumindo com a cota de Membresia, onde então ficou decidido que o Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD assumiria este custo. A partir de 2013, mudou-se a metodologia de cálculo sobre o valor da Membresia de cada Associação Nacional, onde o montante a ser tomado em conta é o total captado pelas Associações Promotoras em função de cada país. O valor apresentado em 2017 e 2016 é um referencial contábil, pois não houve desembolso de caixa para a Associação Nacional. O montante foi assumido pelas Associações Promotoras, a contrapartida deste valor está no grupo de receitas internacionais.

19. Despesas com captação de doações voluntárias

	2017	2016
Publicidades	(553.241)	(658.073)
Serviço de captação de doações voluntárias - Face to Face	(6.249.770)	(5.147.388)
	(6.803.011)	(5.805.461)

20. Outras receitas operacionais líquidas

	2017	2016 (Reapresentado)
Receita na venda de ativo imobilizado (a)	7.649.290	478.121
Baixa custo e depreciação do ativo imobilizado	(126.228)	(52.539)
Atualização de depósito judicial	90.677	234.903
Constituição de provisão para demandas judiciais	(320.357)	(779.746)
Reversão de provisão para demandas judiciais	409.808	-
Outras entradas/saídas	(10.391)	88.709
	7.692.799	(30.552)

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

- (a) Em 2017 a sede administrativa de São Bernardo do Campo foi vendida pelo valor de R\$ 7.000.000, bem como os apartamentos da mesma unidade pelo valor total de R\$ 557.000, totalizando R\$ 7.557.000, conforme demonstrado a seguir:

Município do imóvel	Valor residual	Valor de venda	Ganho
S.B.C - SP. - sede	119.170	7.000.000	6.880.830
S.B.C - SP. - apartamentos	70.658	557.000	486.342
Outros ativos	1.719	92.920	91.201
	<u>191.547</u>	<u>7.649.920</u>	<u>7.458.373</u>

21. Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(301.281)	(166.187)
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	106.166	863.260
	<u>(195.115)</u>	<u>697.073</u>

A variação dos rendimentos financeiros refere-se basicamente, a movimentação das aplicações demonstradas nas Notas Explicativa n° 4.

22. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante os exercícios de 2017 e 2016.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas do valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

Descrição	2017		Total
	Conselho Diretor	Conselho Fiscal	
Honorário profissionais internos	165.934	39.514	205.448

Descrição	2016		Total
	Conselho Diretor	Conselho Fiscal	
Honorário profissionais internos	192.663	24.323	216.986

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)**

No trabalho desenvolvido pelo Conselho Diretor e pelo Conselho Fiscal foi tomado como base o valor hora dos membros do Conselho de Administração, conforme divulgado pelo estudo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

23. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)****Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era de:

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.352	769.817
Aplicações em fundos de investimentos	4	5.165.571	3.569.719
		<u>5.362.923</u>	<u>4.339.536</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2017 saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras R\$ 5.362.923 (R\$ 4.339.536 em 2016) frente ao passivo circulante na mesma data base de R\$ 3.924.448 (R\$ 3.693.341 em 2016) o que representa uma liquidez livre de R\$ 1.438.475 (liquidez livre de R\$ 646.195 em 2016).

As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R\$ 443.333 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 219.092 em 2016), não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - nível 2

	2017	2016
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:		
Aplicações em fundos de investimentos	5.165.571	3.569.719
Ativos financeiros a valor justo por meio do patrimônio:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	388.956	185.691

24. Imunidade tributária

Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Associação possui os seguintes registros de suas atividades:

- Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 1995;
- Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451, de 20 de janeiro de 2004, renovado em 12 de abril de 2017;

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

- Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 32.064, de 17 de agosto de 1992, alterado pelo Decreto nº 43.302, de 04 de junho 2003 e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos por meio ao Conselho Municipal de sua sede - no caso Conselho Municipal de Assistência Social - SP com validade por tempo indeterminado);
- da resolução nº 16/CNAS de 05 de maio de 2010 publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010, as entidades passaram a prestar contas Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP - com validade até 31 de julho de 2019;
- Declaração ITCMD com validade até 28 de abril de 2018.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 13 de agosto de 2015 e em processo de renovação.

Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no artigo 29 da Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- Não percebam seus Diretores, Conselheiros, Sócios, Instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Apresente as demonstrações financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais (despesas com pessoal e administrativas e gerais) na consecução de seus objetivos sociais no montante de R\$ 54.324.363 em 2017 (R\$ 59.814.172 em 2016), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R\$ 4.154.044 em 2017 (R\$ 4.576.711 em 2016).

A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

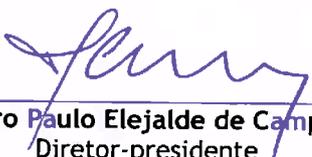
25. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

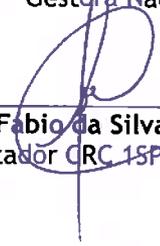
26. Seguros

A Associação mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando, fundamentalmente a natureza das suas atividades e as orientações de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.


Pedro Paulo Elejalde de Campos
Diretor-presidente


Sandra Greco da Fonseca
Gestora Nacional


Mario Probst
Diretor Tesoureiro


Fabio da Silva Santos
Contador CRC 15P276273/O-0